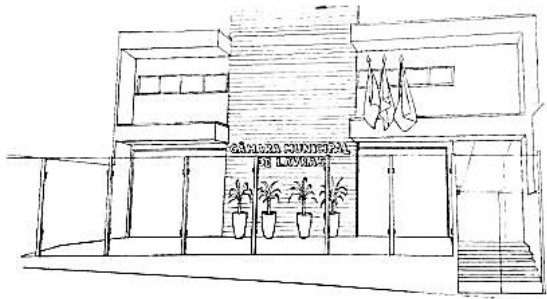


CONCURSO PÚBLICO
CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
EDITAL 01/2023



CADERNO DE PROVAS

CADERNO 201	Cargo/Especialidade <ul style="list-style-type: none">• ADVOGADO
QUESTÕES	<ul style="list-style-type: none">• LÍNGUA PORTUGUESA• CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS• QUESTÃO DISCURSIVA 01• QUESTÃO DISCURSIVA 02

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este caderno de provas contém um total de **40 (quarenta)** questões objetivas, sendo 10 de Língua Portuguesa e 30 de Conhecimentos Específicos, 2 (duas) questões discursivas. Confira-o.
2. As provas objetivas e discursivas terão duração de **5 (cinco) horas**, incluído o tempo destinado à transcrição das respostas do caderno de questões para as folhas de respostas oficiais objetivas e discursivas.
3. Por motivo de segurança, o candidato somente poderá se ausentar do recinto da realização das provas decorrida 1 (uma) hora do início de sua aplicação.
4. As respostas das questões objetivas e discursivas deverão ser transcritas para as folhas de respostas oficiais, usando caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
5. Você poderá transcrever suas respostas das questões objetivas para a última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
6. Na transcrição das respostas das questões discursivas, em caso de erro, não use borracha, não rasure nem use corretivo. Coloque entre parênteses o que deseja que **não seja considerado**, passando um traço duplo sobre o termo, a expressão ou a frase. Exemplo: (~~xyzxyzxyzxyz~~)
7. Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas objetivas e discursivas por erro do candidato
8. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com as folhas de respostas objetivas e discursivas, devidamente preenchidas e assinadas.
9. As questões da prova objetiva e o gabarito preliminar serão divulgados no endereço eletrônico da FUMARC <www.fumarc.com.br> no 1º dia útil subsequente ao da realização da prova.

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

SINAIS DE PONTUAÇÃO MIGRAM DO TEXTO ESCRITO PARA O ORAL

Thaís Nicoletti

Os textos escritos cada vez mais cedem espaço aos textos orais. Muita gente, por variadas razões e em diferentes situações, dá preferência a "podcasts" e vídeos, em detrimento da leitura propriamente dita. Mesmo assim, a influência da produção escrita sobre a oral parece evidente, haja vista, entre muitos outros elementos, os sinais de pontuação, que frequentemente comparecem – de modo explícito – no discurso oral.

É esse o caso, sobretudo, das aspas, que, embora, pelo menos em tese, sejam marcas típicas da escrita, aparecem indicadas oralmente. É comum ouvirmos nos noticiários de TV o apresentador dizer, antes da leitura de uma transcrição literal de texto, "Abre aspas" e, ao seu término, "Fecha aspas". Essas são espécies de fórmulas orais que, naturalmente nascidas na convenção do registro escrito, demarcam as citações.

Esse curioso sinal de pontuação tem usos muito diferentes. Além de delimitar citações literais (trechos de textos escritos) e, por conseguinte, declarações igualmente literais (trechos de textos falados), é empregado para indicar algum tipo de deslocamento semântico (uso de termo do registro informal, gíria, vocábulo

de baixo calão, estrangeirismo, uso impreciso de uma palavra, ironia, metalinguagem etc.). No texto escrito, basta que usemos as aspas para indicar que fazemos conscientemente esses deslocamentos.

Alguns exemplos podem ilustrar isso. Suponhamos que, em um texto formal, o autor introduza um elemento informal (Tínhamos de reconhecer que a solução foi "da hora"; Esta cláusula do contrato é, como diria certo ministro de Estado, "imexível") ou ainda que faça uso de um termo aproximado (A "lógica" do mecanismo é essa) – em um e outro caso, as aspas contêm uma informação essencial para a correta decodificação do texto. No caso da ironia, em que se diz uma palavra para denotar o seu oposto, as aspas podem ser muito úteis (Seu maior "defeito" era a sua generosidade).

A percepção disso é o que explica que, no discurso oral, muita gente explique que o termo proferido está "entre aspas" – há inclusive quem traduza o sinal por meio de um gesto feito com as duas mãos a simular o desenho das aspas no papel.

Os parênteses também migraram para o discurso oral. Quantas vezes avisamos que vamos introduzir um parêntese, ou seja, uma pequena digressão? Na escrita, em geral, basta usar o sinal. O ponto-final, por sua vez, é usado como metáfora de encerramento do assunto: Vamos pôr um ponto-final nisso. A vírgula, quando dita, indica algum tipo de ressalva ou restrição (Ele é honesto, vírgula!).

Finalmente, o próprio verbo "pontuar" é usado com frequência como metáfora cujo referente é a aplicação de sinais de pontuação em um texto. Por exemplo: Pontuou seu discurso com palavras raras e imagens grandiloquentes – ou seja, distribuiu durante a fala, à maneira de sinais de pontuação, palavras raras e imagens grandiloquentes.

Na comunicação informal, feita nos aplicativos de mensagens, a pontuação parece seguir certas regras de etiqueta. Aparentemente, o ponto de exclamação passa a indicar alegria e interesse pelo interlocutor (Bom dia!!), podendo ser repetido para enfatizar o sentimento, enquanto o ponto-final sugere desejo de encerrar a conversa (donde ser comum deixar as frases sem pontuação final ou terminá-las com um emoji), e as reticências... bem, elas servem para deixar o assunto suspenso, criar um espaço de subjetividade, acionar um segundo sentido.

Como se vê, os sinais de pontuação estão muito vivos na comunicação atual, tanto nos aplicativos, nos quais se submetem a regras de comportamento, como na linguagem oral, à qual são chamados para tornar mais clara a comunicação.

Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/blogs/thais-nicoleti/2023/09/sinais-de-pontuacao-migram-do-texto-escrito-para-o-oral.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo Acesso em: 27 set. 2023.

QUESTÃO 01

É **INCORRETO** afirmar que o propósito do texto é demonstrar como os sinais de pontuação:

- (A) acompanharam a evolução do mundo.
- (B) engrandeceram a comunicação oral.
- (C) são importantes tanto na escrita quanto na fala.
- (D) tornam a linguagem oral mais clara.

QUESTÃO 02

Um exemplo de como os sinais de pontuação migraram para o discurso oral é:

- (A) “Aparentemente, o ponto de exclamação passa a indicar alegria e interesse pelo interlocutor (Bom dia!!) [...]”
- (B) “Seu maior ‘defeito’ era a sua generosidade.”
- (C) “Tínhamos de reconhecer que a solução foi ‘da hora’.”
- (D) “Vamos pôr um ponto-final nisso.”

QUESTÃO 03

Todas as constatações podem ser feitas com base no texto, **EXCETO**:

- (A) As aspas são muito úteis em caso de ironia, tanto na fala quanto na escrita.
- (B) Os parênteses são usados para indicar oposição a algo na oralidade.
- (C) Os sinais de pontuação ajudam os aplicativos de mensagens a terem regras de etiqueta.
- (D) Os sinais de pontuação melhoram a comunicação oral.

QUESTÃO 04

As palavras destacadas estão corretamente interpretadas entre parênteses, **EXCETO** em:

- (A) “A percepção disso é o que explica que, no discurso oral, muita gente explique que o termo **proferido** está ‘entre aspas’.” (pronunciado)
- (B) “É comum ouvirmos nos noticiários de TV o apresentador dizer, antes da leitura de uma transcrição **literal** de texto, ‘Abre aspas’ e, ao seu término, ‘Fecha aspas’.” (ideal)
- (C) “Essas são espécies de fórmulas orais que, naturalmente nascidas na convenção do registro escrito, **demarcam** as citações.” (delimitam)
- (D) “No caso da ironia, em que se diz uma palavra para **denotar** o seu oposto, as aspas podem ser muito úteis.” (indicar)

QUESTÃO 05

Há interlocução, **EXCETO** em:

- (A) “Suponhamos que, em um texto formal, o autor introduza um elemento informal [...].”
- (B) “Quantas vezes avisamos que vamos introduzir um parêntese, ou seja, uma pequena digressão?”
- (C) “Muita gente, por variadas razões e em diferentes situações, dá preferência a podcasts e vídeos, em detrimento da leitura propriamente dita.”
- (D) “É comum ouvirmos nos noticiários de TV o apresentador dizer, antes da leitura de uma transcrição literal de texto, “Abre aspas” e, ao seu término, “Fecha aspas”.”

QUESTÃO 06

Com relação ao processo de formação de palavras, é **CORRETO** afirmar que os vocábulos “naturalmente” e “informal” são formados, **respectivamente**, por derivação

- (A) imprópria e sufixal.
- (B) prefixal e sufixal.
- (C) regressiva e prefixal.
- (D) sufixal e prefixal.

QUESTÃO 07

No trecho: “Suponhamos que, **em um texto formal**, o autor introduza um elemento informal [...]”, as vírgulas separam um

- (A) adjunto adnominal.
- (B) adjunto adverbial.
- (C) aposto.
- (D) predicativo.

QUESTÃO 08

Os referentes dos pronomes destacados estão corretamente identificados entre parênteses, **EXCETO** em:

- (A) “[...] tanto nos aplicativos, nos quais se submetem a regras de comportamento, como na linguagem oral, **à qual** são chamados para tornar mais clara a comunicação.” (a linguagem oral)
- (B) “Como se vê, os sinais de pontuação estão muito vivos na comunicação atual, tanto nos aplicativos, **nos quais** se submetem a regras de comportamento [...].” (nos aplicativos)
- (C) “Essas são espécies de fórmulas orais **que**, naturalmente nascidas na convenção do registro escrito, demarcam as citações.” (espécies)
- (D) “Finalmente, o próprio verbo “pontuar” é usado com frequência como metáfora **cujo** referente é a aplicação de sinais de pontuação em um texto.” (metáfora)

QUESTÃO 09

Em: “A percepção disso é o que explica que, no discurso oral, muita gente explique que o termo proferido está ‘entre aspas’”, o termo destacado é

- (A) artigo definido.
- (B) artigo indefinido.
- (C) pronome demonstrativo.
- (D) pronome pessoal do caso oblíquo.

QUESTÃO 10

Há dígrafo em:

- (A) discurso.
- (B) encerrar.
- (C) palavras.
- (D) regras.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

O princípio da segregação de funções, já reconhecido no âmbito dos órgãos de controle a exemplo dos Tribunais de Contas, foi incorporado pela nova Lei de Licitação e Contratos – Lei nº 14.133/2021.

Acerca do referido princípio, é **CORRETO** afirmar que está relacionado ao seguinte conceito também instituído pela mesma Lei:

- (A) Função de risco.
- (B) Poder de polícia.
- (C) Poder hierárquico.
- (D) Repartição de riscos.

QUESTÃO 12

O poder de autotutela conferido à Administração Pública em matéria de contratos implica na seguinte constatação **CORRETA**:

- (A) A Lei nº 14.133/2021 alterou a prerrogativa referida para classificar qualquer pagamento decorrente do contrato como vantagem indevida.
- (B) A participação do contratado no ato ilícito que crie vício no contrato exonera a Administração contratante de pagar e de indenizar o mesmo contratado.
- (C) Conforme a Lei nº 14.133/2021 – nova Lei de Licitação e Contratos, a denominada repartição de risco só alcança contratos de prestação continuada.
- (D) O reconhecimento da nulidade do contrato não exonera a Administração contratante de pagar pelo objetuado efetivamente entregue.

QUESTÃO 13

Conforme o regime de responsabilidade extracontratual do Estado, Art. 37 §6º, CRFB/1988, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A excludente/atenuante de força maior exclui a responsabilidade do município por efeitos reflexos de eventos naturais em qualquer circunstância.
- (B) O regime em questão permite a incidência de excludentes/atenuantes segundo as mesmas premissas do Direito Civil.
- (C) O regime referido não alcança atos cometidos por agentes do Poder Legislativo, ainda que no exercício de função administrativa.
- (D) Uma criança que sofra dano causado por terceiros, no âmbito de uma escola municipal e durante o horário de aula, se encontra sob o dever de guarda do Município.

QUESTÃO 14

O poder disciplinar sobre os servidores do Poder Legislativo deve apresentar o seguinte REQUISITO de validade:

- (A) Decisão discricionária da autoridade competente acerca da pretensão de defesa técnica pleiteada pelo acusado.
- (B) Defesa prévia em prazo hábil, mediante defesa técnica, se assim pleitear o acusado.
- (C) Homologação da decisão sancionatória pelo chefe do Poder Executivo Municipal por força do princípio da Unidade da Administração Pública.
- (D) Identidade entre o processo administrativo disciplinar aplicável ao servidor e o processo ético disciplinar aplicável ao parlamentar.

QUESTÃO 15

Considerando o teor da Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021, por comparação entre a referida esfera de responsabilidade, é **CORRETO** concluir:

- (A) A alteração legal aboliu as hipóteses de ato de improbidade cometida mediante condutas culposas.
- (B) A Lei nº 14.230/2021 incluiu a hipótese de apuração e punição da conduta do agente público na via administrativa.
- (C) As alterações legais se restringem aos aspectos de mérito do ato de improbidade e não alteram normas de caráter processual.
- (D) As alterações legais se restringiram aos aspectos processuais da ação e não alcançam o mérito dos atos de improbidade.

QUESTÃO 16

O veto do Poder Executivo em projeto de Lei Ordinária produz o seguinte **efeito**:

- (A) Dever da Casa Legislativa de classificar o veto em político ou jurídico e elaborar sua motivação.
- (B) Devolução do projeto à Casa Legislativa para apreciação e deliberação, sujeita à elevação do quórum.
- (C) Devolução do projeto à Casa Legislativa, para nova apreciação e deliberação do projeto de lei.
- (D) Encerramento do processo legislativo.

QUESTÃO 17

Em face de petição dirigida por particular à Câmara de Vereadores, é **CORRETA** a seguinte reação da instituição:

- (A) Encaminhar a petição à Comissão de Constituição e Justiça para decisão acerca do dever de responder ou não, conforme a matéria e o pedido.
- (B) Encaminhar a petição ao Poder Executivo, Judiciário ou Ministério Público, conforme o objeto.
- (C) Receber a petição e oferecer resposta por escrito condizente com a matéria e o pedido aduzido.
- (D) Receber a petição e oferecer resposta por escrito, o que não é devido, porém, se a matéria e o pedido extrapolarem interesse individualizável do proponente.

QUESTÃO 18

As causas de perda de mandato pelo parlamentar se dividem em duas espécies: a extinção e a cassação do mandato. As distinções entre as duas espécies de perda se encontram na alternativa:

- (A) A extinção é mero ato declaratório de perda do mandato, de competência da Mesa Diretora em face de motivos objetivos de perda; a cassação, por sua vez, é processo que expressa julgamento do parlamentar pela própria Casa, resultando em decisão constitutiva de mérito.
- (B) Ambas as espécies exigem processo, mas a extinção produz efeitos declaratórios e a cassação produz efeitos constitutivos.
- (C) As duas espécies se distinguem apenas quanto à competência decisória, competente a Mesa para a hipótese de extinção, o Plenário ou comissão, na hipótese de cassação.
- (D) As hipóteses de extinção de mandato são decididas pela própria Casa, mas a cassação exige processo judicial.

QUESTÃO 19

Em face da pretensão de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de aumentar o número de vereadores no Município, é **CORRETO** afirmar em eventual consulta:

- (A) A Câmara de Vereadores pode decidir, sem limites constitucionais, expressar o seu número de membros, desde que respeite a autoridade eleitoral.
- (B) A matéria não se submete à decisão do Supremo Tribunal Federal que a vincule.
- (C) O Município pode decidir pela respectiva Câmara de Vereadores o número de membros do Poder Legislativo, discricionariamente entre os números mínimo e máximo de sua faixa populacional.
- (D) O número de vereadores deve respeitar as faixas constitucionais, conforme limites mínimos e máximos de número de habitantes, bem como a proporcionalidade entre sua população e o número permitido pela respectiva faixa.

QUESTÃO 20

Acerca da Comissão Temática de Constituição e Justiça de cada Poder Legislativo, é **CORRETO** afirmar que

- (A) é comissão permanente em razão da matéria, porque é parte do sistema de controle de constitucionalidade.
- (B) esta comissão é temporária e sua criação, bem como extinção, é de decisão *interna corporis* e independente do Poder Legislativo de cada esfera da Federação.
- (C) não possui relação com o controle de constitucionalidade, razão pela qual suas decisões são superáveis pelo Plenário.
- (D) possui relação com o controle de constitucionalidade na finalidade de controle preventivo, razão pela qual suas decisões são insuperáveis pelo Plenário.

QUESTÃO 21

Em relação à competência para processar e julgar ação ajuizada por servidor celetista contra o poder público em que se discuta direito de natureza administrativa, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É de competência da Justiça do Trabalho o julgamento de tais demandas, quando a discussão do direito envolve questão de natureza administrativa. Se a discussão envolvesse direito celetista, deveria ser julgado pela Justiça Comum.
- (B) É de competência da Justiça do Trabalho, pois independente do direito em discussão, o servidor celetista, sempre será julgado pela Justiça Especializada.
- (C) Não é de competência da Justiça do Trabalho o julgamento de tais demandas. No caso em que se discute direito de natureza administrativa, a competência é da Justiça comum. Se a discussão envolver direito celetista, a competência é da Justiça do Trabalho.
- (D) Não é de competência da Justiça do Trabalho o julgamento de tais demandas, independente se a discussão envolve direito de natureza administrativa ou celetista, tendo em vista que o servidor celetista sempre será julgado pela Justiça Comum.

QUESTÃO 22

Em relação à liquidação de sentença no processo do trabalho, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A liquidação não abrangerá o cálculo das contribuições previdenciárias devidas. A União deve sempre ser intimada para apresentar a conta correspondente ao seu crédito, sob pena de nulidade.
- (B) Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.
- (C) Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- (D) Tratando-se de cálculos de liquidação complexos, o juiz poderá nomear perito para a elaboração e fixará, depois da conclusão do trabalho, o valor dos respectivos honorários, com observância, entre outros, dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

QUESTÃO 23

De acordo com a CLT, os honorários advocatícios:

- (A) Ao advogado, ainda que atue em causa própria, serão devidos honorários de sucumbência, fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor que resultar da liquidação da sentença, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa.
- (B) Na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrará honorários de sucumbência recíproca, permitida a compensação entre os honorários.
- (C) Não são devidos honorários de sucumbência na reconvenção.
- (D) São devidos também nas ações contra a Fazenda Pública e nas ações em que a parte estiver assistida ou substituída pelo sindicato de sua categoria.

QUESTÃO 24

São direitos trabalhistas expressamente previstos na Constituição, **EXCETO**:

- (A) a indenização pelo tempo suprimido do intervalo intrajornada, acrescida, no mínimo, em cinquenta por cento em relação à hora normal.
- (B) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- (C) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- (D) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

QUESTÃO 25

Em relação ao recurso de apelação, de acordo com a legislação vigente, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A apelação será recebida no efeito devolutivo e suspensivo, nos casos em que a sentença confirma, concede ou revoga tutela provisória.
- (B) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- (C) O agravo de instrumento será julgado antes da apelação interposta no mesmo processo.
- (D) Quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, que serão convocados nos termos previamente definidos no regimento interno, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial, assegurado às partes e a eventuais terceiros o direito de sustentar oralmente suas razões perante os novos julgadores.

QUESTÃO 26

Com relação à extinção do contrato, por comum acordo, a alternativa que apresenta assertiva **CORRETA** em relação à parcela trabalhista devida é:

- (A) metade das férias mais 1/3.
- (B) metade do 13º salário proporcional.
- (C) metade do aviso prévio, se indenizado.
- (D) metade do saldo de salário.

QUESTÃO 27

Em relação ao procedimento especial de consignação em pagamento, de acordo com a legislação vigente, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Alegada a insuficiência do depósito, é lícito ao autor completá-lo, em 10 (dez) dias, salvo se corresponder à prestação cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato.
- (B) Julgado procedente o pedido, o juiz declarará extinta a obrigação e condenará o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios.
- (C) Na consignação em pagamento extrajudicial, tratando-se de obrigação em dinheiro ou coisa, poderá o valor ou a coisa ser depositado em estabelecimento bancário, oficial onde houver, situado no lugar do pagamento, cientificando-se o credor por carta com aviso de recebimento, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa.
- (D) Tratando-se de prestações sucessivas, consignada uma delas, pode o devedor continuar a depositar, no mesmo processo e sem mais formalidades, as que se forem vencendo, desde que o faça em até 5 (cinco) dias contados da data do respectivo vencimento.

QUESTÃO 28

Sobre a extinção do processo, observados os termos da legislação processual em vigor, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A desistência da ação pode ser apresentada até a sentença.
- (B) Interposta apelação em qualquer dos casos de extinção sem análise do mérito, o juiz terá 5 (cinco) dias para retratar-se.
- (C) O juiz não resolverá o mérito nos casos de renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção.
- (D) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.

QUESTÃO 29

Em relação ao contrato de compra e venda, nos termos do Código Civil, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (B) É nula a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
- (C) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- (D) Sob pena de nulidade, não podem ser comprados, ainda que em hasta pública, pelos servidores públicos, em geral, os bens ou direitos da pessoa jurídica a que servirem, ou que estejam sob sua administração direta ou indireta.

QUESTÃO 30

Nos termos do Código Civil, **prescreve**:

- (A) em dois anos, a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.
- (B) em quatro anos, a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
- (C) em três anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.
- (D) em um ano, a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários.

QUESTÃO 31

Beta Ltda. teve sua falência decretada em 11/01/2023. Beta possuía um imóvel hipotecado ao Banco Pechincha S/A, em garantia de dívida no valor de R\$ 2.000.000,00. O imóvel está avaliado em R\$ 2.200.000,00. A Fazenda Pública Municipal tem créditos a receber de Beta Ltda. relacionados ao Imposto sobre Serviços não pago em virtude de serviços prestados em 03/01/2021. Com base no acima exposto, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- (A) A Fazenda não pode executar o bem, em função de ter havido a quebra da empresa, prevalecendo o crédito com garantia real.
- (B) A Fazenda respeitará a preferência do credor hipotecário, nos limites do valor do crédito garantido pela hipoteca.
- (C) A Fazenda tem direito de preferência sobre o credor com garantia real, em virtude de seus privilégios.
- (D) A Fazenda tem direito de preferência, uma vez que a dívida tributária é anterior à hipoteca.

QUESTÃO 32

Xenônio da Silva é proprietário de um sítio, local destinado ao lazer, na área de expansão urbana, com base em lei municipal específica, na região de Lavras. A área é dotada de rede de abastecimento de água, rede de iluminação pública e esgotamento mantidas pelo município, embora não existam próximos escolas e hospitais públicos.

Neste caso, é **CORRETO** afirmar que Xenônio deve pagar o seguinte imposto:

- (A) O IPTU, por ser área de expansão urbana, dotada de melhoramentos.
- (B) O IPTU, por ser sítio, explorado para fins empresariais.
- (C) O ITR, por não haver escola ou hospital próximos a menos de 3km do imóvel.
- (D) O ITR, por ser sítio, não inserido em área urbana.

QUESTÃO 33

De acordo com o Código Tributário Nacional, é **CORRETO** afirmar que se aplica, retroativamente, a lei tributária na hipótese de:

- (A) Analogia, quando esta favorecer o contribuinte.
- (B) Ato não definitivamente julgado, quando a lei nova lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo de sua prática.
- (C) Extinção do tributo, ainda não definitivamente constituído.
- (D) Graduação quanto à natureza de tributo aplicável, desde que não seja hipótese de crime.

QUESTÃO 34

Tião da Silva é devedor de determinado tributo, e obtém o seu parcelamento e vem efetuando o pagamento conforme deferido. Apesar disso, sofre processo de execução fiscal para a cobrança do referido tributo. Nos embargos à execução fiscal, Tião poderá alegar:

- (A) A carência da execução fiscal em face da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- (B) A carência da execução fiscal, em face da novação da dívida, que teria perdido a sua natureza tributária pelo seu parcelamento.
- (C) A improcedência da execução fiscal, por iliquidez do título exequendo, pelo fato de que parte da dívida já foi paga.
- (D) O reconhecimento do direito apenas parcial à execução fiscal, por parte do Fisco, em face da existência de saldo devedor do parcelamento.

QUESTÃO 35

Em face de tributo sujeito à homologação, a empresa Pedreira Ltda. declara ao Fisco tributos no valor de R\$ 10.000,00. Todavia, em virtude de grave crise econômico-financeira, a empresa acaba não efetuando o pagamento do valor na data do vencimento. Após 2 anos do vencimento, o Fisco inscreve o valor em dívida ativa. Após 6 anos do vencimento, Pedreira Ltda. confessa o débito, aproveitando vantagem tributária outorgada pela legislação, com abatimento do valor devido em 50%, e inicia o processo de parcelamento em 10 parcelas mensais. A empresa paga 6 parcelas corretamente e deixa de pagar as demais. O Fisco rescinde o parcelamento e a Fazenda Pública promove a ação de execução fiscal, visando à cobrança do pelo valor remanescente, considerando o abatimento outorgado pela legislação do parcelamento.

Nesse contexto, nos termos do Código Tributário Nacional e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar que a Fazenda Pública está:

- (A) Correta, considerando que a inscrição em dívida ativa e o pedido de parcelamento interromperam o prazo prescricional.
- (B) Correta, uma vez que a constituição definitiva do crédito tributário se deu no momento da inscrição em dívida ativa.
- (C) Incorreta, pois deveria cobrar o valor atual da dívida, desconsiderando a vantagem de 50% do parcelamento rescindido, mas abatendo os valores pagos.
- (D) Incorreta, pois o débito está prescrito, e deve devolver as parcelas já pagas pelo contribuinte.

QUESTÃO 36

NÃO corresponde a um dos princípios básicos da Política Nacional de Relações de Consumo:

- (A) a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- (B) fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores.
- (C) prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor.
- (D) reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.

QUESTÃO 37

Segundo o Código de Defesa do Consumidor, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- (B) No fornecimento de serviços que tenham por objetivo a reparação de qualquer produto, considerar-se-á implícita a obrigação do fornecedor de empregar componentes de reposição originais adequados e novos, ou que mantenham as especificações técnicas do fabricante, salvo, quanto a estes últimos, autorização em contrário do consumidor.
- (C) Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.
- (D) Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.

QUESTÃO 38

A responsabilidade pelo dano ambiental pode ser classificada no seu regime como:

- (A) Objetiva pelo risco administrativo.
- (B) Objetiva pelo risco integral.
- (C) Subjetiva, conforme legislação específica.
- (D) Subjetiva, conforme o Direito Civil.

QUESTÃO 39

A competência do Município em matéria ambiental, conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, alcança:

- (A) Combater a poluição em suas diversas manifestações no ambiente da Cidade.
- (B) Legislar genericamente sobre águas.
- (C) Legislar sobre caça e pesca.
- (D) Legislar sobre jazidas e minas, desde que situadas na circunscrição do seu território.

QUESTÃO 40

A recuperação do meio ambiente degradado pela mineração, a partir da determinação constitucional vigente, é de responsabilidade **PRIMÁRIA**

- (A) da União, pela Autarquia competente.
- (B) daquele que explorar os recursos minerais.
- (C) do Município.
- (D) do proprietário ou possuidor da área degradada.

QUESTÃO DISCURSIVA 01

Considere a seguinte situação hipotética:

Apresentação de um projeto de Lei Ordinária, de autoria de Vereador, cujo objeto seja a extinção de secretarias do Poder Executivo, sob a motivação de reduzir despesas na gestão pública em favor do princípio constitucional da eficiência (Art. 37, caput, CRFB/1988), propondo a fusão de matérias, de modo a reduzir pela metade o número dos referidos órgãos.

Em face do projeto hipotético descrito, qual seria o parecer devido em face das normas constitucionais do processo legislativo e da separação de funções?

- Seu texto deverá ter de 10 a 15 linhas.
- Utilize a página de rascunho para formular sua resposta.
- **Atenção:** Transcreva sua resposta na folha discursiva oficial correta.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 01

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15

QUESTÃO DISCURSIVA 02

O Art. 37, § 6º, CRFB/1988, estabelece o regime de responsabilidade do Estado por dano, definindo critérios de atração e elementos da responsabilidade extracontratual conforme o direito público. A Mesa Diretora apresenta a necessidade de verificar a responsabilidade de servidor da Câmara em razão de dano causado a terceiro, partindo das seguintes premissas: conhecimento da pré-disposição da vítima de propor ação por dano, o dano foi causado pelo servidor no exercício da função, durante traslado de objetos da Câmara de Vereadores através de veículo a serviço da Casa Legislativa, manifesta pretensão da Mesa Diretora de apurar e imputar responsabilidade ao servidor.

Dadas as informações, **explique**: elementos essenciais distintivos entre a responsabilidade do Município e a responsabilidade do servidor pessoa física, pressupostos para a caracterização do interesse processual e via adequada para imputar responsabilidade ao servidor público, considerando para tanto o estado atual da matéria na dogmática jurídica.

- Seu texto deverá ter de 10 a 15 linhas.
- Utilize a página de rascunho para formular sua resposta.
- **Atenção:** Transcreva sua resposta na folha discursiva oficial correta.

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA 02

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15

CONCURSO PÚBLICO
CÂMARA MUNICIPAL DE LAVRAS
EDITAL 01/2023

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA
VIRAR O CADERNO DE PROVAS.**

